



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

1

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0004940-04.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de Origem: **IP - 56/2017 - 1º Distrito Policial de Araraquara**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Douglas Leandro Yote Vilela**
 Vítima: **Natali Nardin Lopes**
 Artigo da Denúncia: *****

Justiça Gratuita

Aos 28 de agosto de 2018, às 16:00h, na sala de audiências da 2ª Vara Criminal do Foro de Araraquara, Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, sob a presidência da MMª. Juíza de Direito Drª. **ANA PAULA COMINI SINATURA ASTURIANO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, presentes o representante do Ministério Público Dr. **Marinaldo Bazilio Ferreira**, o acusado **Douglas Leandro Yote Vilela** e o Defensor Público Dr. **Frederico Teubner de Almeida e Monteiro**. **Iniciados os trabalhos**, pela Magistrada foi proferida a seguinte decisão: "Atento ao que dispõe a Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal que regulamenta a utilização das algemas durante operações policiais e julgamento, levando-se em conta a periculosidade do réu, já reconhecida no decreto de prisão preventiva, este Juízo obteve informações do responsável pela escolta que não possui policiais suficientes para garantir a integridade física do Magistrado, Promotor de Justiça, Advogados, Serventuários da Justiça, bem como de terceiras pessoas presentes no prédio do Fórum na hipótese de agressão, e para evitar tentativa de fuga. Sendo assim, este Juízo houve por bem determinar que o réu permanecesse em audiência com a utilização das algemas, conforme as hipóteses excepcionais apontadas pela Súmula do Egrégio Supremo Tribunal Federal.". Pela MMª. Juíza foi dito que autorizava a oitiva da vítima sem a presença do réu, por se sentir constrangida, conforme declarara, nos termos do artigo 217 do Código de Processo Penal. **Na sequência**, procedeu-se ao ato de reconhecimento pela vítima, observando, em uma



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

2

sala específica para tal fim existente no Fórum, 03 (três) indivíduos presos, cada qual segurando numeração entre 1 (um) e 3 (três), na seguinte ordem: 01- Douglas, (réu destes autos); 02- Rafael Natanaky Bueno da Silva – matrícula 649.024-7; 03- Edilson de Paulo Dias – matrícula 1.016.908-4. Após, foi o réu interrogado. A oitiva da vítima e o interrogatório do réu foram registrados por **gravação captada em áudio e vídeo diretamente pelo Sistema Saj**. Não havendo mais provas a serem produzidas, foi dada por encerrada a instrução e determinado que se iniciassem os debates orais. **Dada a palavra ao representante do Ministério Público, por ele foi dito:** "Egrégio Juízo: DOUGLAS LEANDRO YOTE VILELA está sendo processado criminalmente sob a acusação de prática do crime de furto simples consumado. O processo teve regular tramitação. É o brevíssimo relatório. Há provas suficientes para a condenação. Com efeito. Vejamos: A materialidade delitiva está bem provada por intermédio das declarações da vítima, Natali Nardin Lopes, colhidas nesta audiência, quando reafirmou a subtração de seu aparelho de telefone celular, no momento em que caminhava na calçada da via pública segurando o referido bem, por um indivíduo que, de inopino, o arrebatou-lhe de sua mão, empurrando-a e fugindo em seguida de posse do butim, e pela prova testemunhal coligida. Quanto à autoria, ao ser interrogado na Polícia Judiciária (fl. 27) e em Pretório, nesta data, o acusado negou ter realizado o delito lhe é irrogado, sem dar maiores detalhes. Sua negativa, no entanto, por demais simplista, não convence. Isto, porque a ofendida, no inquérito policial (fls. 24/25) e aqui em Juízo, reconheceu pessoalmente o acusado, a quem não conhecia pessoalmente, o que empresta maior credibilidade ao seu relato, já que não tinha nenhum interesse em prejudicá-lo gratuitamente, com absoluta presteza e segurança, como sendo o autor do furto ora apurado, sobretudo porque esteve ele muito próximo de sua pessoa e sem nada cobrindo o rosto, o que propiciou fosse muito bem gravada a sua fisionomia, cujo elemento probatório, por si só, já serviria para embasar a edição de um decreto condenatório. É que, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, *“o reconhecimento dos réus, em Juízo, por testemunhas idôneas e insuspeitas, desmoraliza a negativa destes, que, a prevalecer, tornariam inexplicáveis os reconhecimentos feitos” (RTJ 88/371)*. Além disso: *“Em sede de crimes patrimoniais, o entendimento que segue prevalecendo, sem nenhuma razão para retificações, é no sentido de que a palavra da vítima é preciosa no identificar o*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

3

autor de assalto” (TACRIM-SP – AC – Rel. Canguçu de Almeida – JUTACRIM 95/268). Por fim, o Investigador de Polícia Alexandre do Carmo Ferraz Lopes, no contraditório constitucional (fls. 113/115), sem ter sido objeto de contradita, diga-se de passagem, narrou como se deram as investigações do furto em questão, aduzindo que a ofendida foi chamada até repartição policial e ali, tendo em vista diversas fotografias de indivíduos parecidos entre si, apontou seguramente o réu como sendo o indivíduo que furtou seu aparelho de telefonia móvel (fls. 07 e 09), além de tê-lo reconhecido também pessoalmente, posteriormente, em outra delegacia de polícia. Está bem provado, portanto, de forma sobeja, tanto a ocorrência da infração penal de que se trata quanto o efetivo concurso do réu para a sua realização. Diante disso, impõe-se a responsabilização criminal do increpado, tal como postulado na exordial. Na dosimetria penal, deve-se levar em conta, na segunda fase da expiação, que o acusado é reincidente (cf. certidões - fls. 46/47 e 59/61), devendo as suas sanções-básicas, em razão desta circunstância, serem agravadas, *ex vi* do disposto no artigo 61, inciso I, do Código Penal. A recidiva do increpado (supra), além de recomendar a exasperação das sanções a lhe serem aplicadas, obsta ainda: a) A aplicação dos benefícios do *furtum privilegiatum* (art. 155, § 2º, C.P.); b) A substituição da sanção privativa de liberdade por restritivas de direitos (art. 44, *caput*, incs. II e III, § 3º, CP), medida esta, aliás, não recomendável socialmente; c) A suspensão condicional da pena corporal (art. 77, *caput*, incs. I, II e III, CP); e, finalmente, d) A opção pelos regimes prisionais menos rigorosos, i.e., o aberto e o semiaberto (art. 33, §§ 2º, “c”, e 3º CP). Em face de todo o exposto, requeiro seja julgada procedente a pretensão punitiva ministerial, condenando-se o réu.”. **O Dr. Defensor manifestou-se, nos seguintes termos:** "MMª Juíza, DOUGLAS LEANDRO YOTE VILELA vem sendo processado por crime de furto simples. Da fragilidade probatória: não há provas para a condenação. O reconhecimento extrajudicial não foi firme. Em juízo, a vítima não ofereceu reconhecimento firme. O réu negou o crime. O aparelho celular não foi recuperado e não estava sob a posse do réu quando de sua prisão por outro fato. Assim, por fragilidade probatória peço a absolvição do réu. Em caso de condenação, a pena-base deve ser fixada em seu mínimo legal, ante a ausência de requisitos subjetivos capazes de elevá-la. As circunstâncias judiciais são favoráveis, nos termos do art. 59 do CP e da Súmula 444/STJ. A reincidência não deve impor necessariamente o regime fechado, haja



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

4

vista que expressamente reconhecidas como favoráveis as circunstâncias judiciais, cabendo fixação do regime semiaberto (Súmula 269 do STJ). Em caso de condenação, não é caso de decretação da prisão preventiva, reconhecendo-se o direito do acusado de recorrer em liberdade (CADH, art. 8.1 e CPP, art. 312)". **Por fim, pela Magistrada foi proferida a r. sentença: "Vistos. DOUGLAS LEANDRO YOTE VILELA** foi denunciado como incurso no art. 155, *caput* do Código Penal, porque, no dia 10 de março de 2017, por volta das 20h45min, na Rua Eduardo Prada, nº 311, Bairro Alvarinho Thomaz, nesta cidade de Araraquara, subtraiu, para si, o seguinte bem móvel: 01 (um) aparelho de telefone celular, marca Lenovo, modelo *Vibeb*, avaliado em R\$ 719,00 (setecentos e dezenove reais) e pertencentes à Natali Nardin Lopes. Recebida a denúncia (fls. 69/70), o réu foi citado (fl. 82) e apresentou resposta à acusação (fls. 87/88). Durante a instrução, procedeu-se à oitiva da vítima e da testemunha arrolada pelas partes, sendo o réu interrogado. A seguir, em alegações finais orais, o representante do Ministério Público postulou a condenação do acusado nos termos da denúncia, uma vez provadas autoria e materialidade delitivas. A Defesa, por sua vez, pleiteou a absolvição, suscitando a fragilidade probatória, além do cumprimento da reprimenda em regime menos rigoroso e do apelo em liberdade no caso de condenação. **É o relatório. Decido.** A ação penal é procedente. A materialidade delitiva veio devidamente comprovada pelo boletim de ocorrência (fls. 04/05), auto de reconhecimento fotográfico (fl. 07), auto de reconhecimento pessoal (fl. 25), auto de avaliação indireta (fl. 35) e o que mais consta destes autos. A autoria também é certa. A vítima narrou com precisão o ocorrido. Disse em juízo que foi abordada pelo acusado, o qual lhe subtraiu o celular. Informou que reconheceu o acusado na polícia como sendo o autor do furto, até porque já conhecia ele anteriormente. Em Juízo, efetuou de forma bastante segura o reconhecimento do acusado. Nesse ponto, cabe lembrar que *"Tratando-se do delito de furto, a palavra da vítima é de suma relevância, máxime por dizer respeito ao proceder de pessoas desconhecidas, donde nenhum interesse em incriminá-las gratuitamente"* (RJDTACRIM 22/331 - Rel. NOGUEIRA FILHO). O policial militar Alexandre do Carmo Lopes Ferraz também revelou que através do boletim de ocorrência mantiveram contato com a ofendida, sendo que, através das características apontadas por ela, mostraram-lhe algumas fotos, inclusive a do acusado, que acabou sendo reconhecido como o autor do furto em apuração.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

5

Acrescentou, também, que durante diligências pelo bairro onde ocorreu o delito, dias antes, avistou o réu frequentando o local, sendo ele conhecido nos meios policiais pela prática de crimes contra o patrimônio. No mais, asseverou que a vítima o reconheceu sem sombra de dúvidas. Já o réu, ao ser interrogado em juízo, negou a prática delitiva. Disse que conhece a vítima, mas que não furtou o celular. Todavia, a sua negativa restou isolada nos autos, não sendo verossímil. A responsabilização criminal do denunciado restou bem demonstrada pelo conjunto das provas produzidas e, em especial, pela prova oral, restando afastada a tese de fragilidade probatória. Ademais, impossível o reconhecimento do chamado furto privilegiado diante da reincidência do réu. A condenação, portanto, é a medida que se impõe. Passo a dosar as penas. Atenta aos requisitos constantes do art. 59 do CP, observo que não estão presentes circunstâncias que autorizem a fixação da pena acima do mínimo legal. Assim, fixo a pena-base em 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, no valor unitário mínimo. Na segunda fase da dosimetria, destaco que o réu é reincidente pela prática de um crime de roubo (cf. certidões de fls. 46/47 e 59), razão pela qual exaspero as penas em 1/6 (um sexto), resultando em 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa. Não há causas de aumento ou de diminuição de pena, tornando-se definitivas aquelas reprimendas. O regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade é o semiaberto, tendo em vista a reincidência por outro delito contra o patrimônio, além da informação nos autos de sua prisão em outra ação penal. Por derradeiro, por ser reincidente em crime contra o patrimônio mais gravoso, deixo de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, por expressa vedação legal (§ 3º do art. 44 do CP). Poderá apelar em liberdade. Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação penal para **condenar** o réu **DOUGLAS LEANDRO YOTE VILELA**, às penas de 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão, em regime semiaberto, e 11 (onze) dias-multa, por infração ao art. 155, *caput*, do Código Penal. Após o trânsito em julgado, inclua-se o nome do réu no rol dos culpados. Proferida em audiência, dou por publicada a sentença e os interessados dela intimados. Anote-se, oportunamente, com expedição das comunicações de praxe. **O acusado e o Dr. Defensor Público manifestaram o interesse em recorrer, ficando desde já recebido o recurso. O Dr. Promotor de Justiça, indagado, disse que se manifestará oportunamente. Pela Magistrada foi determinado que se aguarde o prazo de eventual recurso pela Acusação.** As partes procederam à leitura do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

6

presente. Este termo é assinado eletronicamente pela MMa. Juíza, sendo dispensada pelas partes presentes neste ato a providência do artigo 1269, § 1º, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Nada mais. Para constar, eu, (RAFP), Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

MM. Juiz(a): Assinado digitalmente